

E-JUS – SESSÃO ELETRÔNICA DE JULGAMENTO*

Eduardo Kenzi Antonini

RESUMO

Apresenta o projeto e-Jus, responsável pela informatização das sessões de julgamento do Tribunal Regional do Trabalho – 4ª Região, criado para obter celeridade e economia processuais, dada a substituição do papel por um sistema com *interface* gráfica simples e completa, desenvolvida para atender às necessidades dos magistrados.

Descreve as etapas de implantação do sistema e suas características, sendo a principal delas a sua total segurança quanto ao sigilo dos textos armazenados, sua distribuição às pessoas autorizadas, bem como quanto à tolerância de eventuais falhas do banco de dados e das redes lógica e elétrica do prédio, o que evita a interrupção da sessão de julgamentos por motivos externos.

Destaca ainda os resultados positivos da iniciativa, como a agilização dos julgamentos informatizados, a boa avaliação do sistema pelos juízes e a economia que se alcançará com a eliminação das cópias em papel.

PALAVRAS-CHAVE

e-Jus; informatização; sessão de julgamentos; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; *interface*; *touch screen*.

* Conferência proferida no “4º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 3 a 5 de março de 2004, no auditório do Conselho da Justiça Federal, em Brasília-DF.

Buscar a celeridade processual é um dos maiores desafios das administrações do Judiciário hoje no Brasil. Num tribunal, relatórios e decisões são distribuídos em papel, para análise, aos diversos juízes que participam das sessões de julgamento. No caso do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, onde há cerca de 400 sessões por ano, com uma média de 150 processos julgados em cada, atinge-se um volume de meio milhão de folhas de papel impressas por ano, manipuladas durante a sessão e eliminadas logo após o julgamento. O Projeto e-Jus, Informatização das Salas de Sessões de Julgamento, é uma aplicação jurídica destinada a substituir as revisões feitas no papel pelo uso de um sistema com *interface* gráfica simples e completa desenvolvida especificamente para atender às necessidades dos juízes. Por meio de uma linguagem de cores e símbolos e de um monitor *touch screen*, os magistrados preparam e acessam os votos de uma sessão, indicando suas observações, divergências e notas aos seus gabinetes. O e-Jus integra-se aos sistemas existentes de acompanhamento processual e edição dirigida de acórdãos, administra o armazenamento dos textos e sua distribuição segura entre as pessoas autorizadas, e prevê o funcionamento isolado, tolerando falhas eventuais do banco de dados e das redes lógica e elétrica do prédio. Evita a interrupção de uma sessão de julgamento por motivos externos.

2 SITUAÇÃO ANTERIOR

Voto em papel: o TRT – 4ª Região autua algo entre 40.000 e 50.000 processos anualmente. A maioria desses processos é distribuída a juízes relatores que, em seus gabinetes, desenvolvem seus votos. Para cada um desses processos redige-se um documento de, em média, seis páginas: o voto. Desse voto, na semana que antecede a sessão de julgamento, são feitas quatro cópias em papel para serem analisadas pelos juízes que julgarão o processo e pelo procurador do Ministério Público. Tais votos impressos são estudados e corrigidos em papel e, no dia da sessão, lidos durante o julgamento. Ao cabo deste, as cópias em papel são imediatamente destruídas ou remetidas aos gabinetes para correção do texto original e posterior eliminação.

Manipulação do papel: um juiz, ao fazer a sua análise desses documentos em papel, usa marcadores (canetas com tinta colorida) para destacar trechos a serem lidos integralmente ou discutidos, faz anotações de informações complementares ao texto, que serão usadas apenas durante a sessão, e faz correções direcionadas ao juiz relator ou deste para o seu gabinete. Cada juiz estuda a pilha de papéis sob sua responsabilidade, no gabinete ou em casa.

Voto em meio eletrônico: nas cortes brasileiras, há muitos anos, os votos são feitos por meio de editores de texto, inclusive com a assistência de editores dirigidos, como é o caso do TRT – 4ª Região. Os arquivos gerados em meio magnético, normalmente, são guardados nos discos locais, em servidores de arquivos ou até mesmo em banco de dados, mas não são usados durante a sessão de julgamento ou nas revisões feitas na véspera, por falta de ferramentas adequadas, causando um gasto de centenas de milhares de folhas impressas anualmente.

3 SISTEMA INFORMATIZADO – INOVAÇÃO

O Projeto e-Jus é uma aplicação jurídica que substitui as revisões feitas no papel, pelo uso de um sistema com interface gráfica simples e completa desenvolvida especificamente para atender às necessidades dos juízes. O voto pode ser redigido, revisado e corrigido diretamente no computador. O sistema armazena o voto, coordena a sua distribuição entre as pessoas autorizadas, gerencia versões individuais de um mesmo voto para cada juiz e apresenta-o, por fim, aos participantes do julgamento durante a sessão.

As versões individuais dos votos podem ser levadas para casa, com fins de revisão, antes da sessão de julgamento. Mediante um dispositivo de armazenamento portátil, uma *pen drive* com capacidade de 128MB, o juiz pode revisar e corrigir os votos de uma sessão em qualquer lugar, como se estivesse no Tribunal.

O projeto foi desenvolvido no TRT - 4ª Região durante o ano de 2002, de maio a novembro, de forma interativa com o usuário. Uma comissão de juízes foi estabelecida para participar das reuniões de definição, indicando suas necessidades. Esse enfoque interativo produziu uma *interface* melhor, porque envolveu o usuário durante todo o processo de

desenvolvimento. O e-Jus, legitimado dessa forma, teve uma aceitação fácil.

A análise do usuário pesquisou o público-alvo do sistema. A análise de tarefas pesquisou como o usuário fazia as atividades às quais o sistema se direciona. Ambas as etapas foram feitas em conjunto, por entrevistas com os usuários e acompanhamento exaustivo do seu trabalho. Diversas sessões de julgamento em diferentes turmas foram objeto de estudo. As informações recolhidas ajudaram na construção de uma interface que funcionava similarmente à maneira como o usuário executava suas ações.

Identificou-se o grau de experiência no uso de sistemas informatizados, destacando-se o grupo de usuários que demandaria maior treinamento no uso das funções básicas de micro informática e de ambiente *Windows*. Foram levantados dados sobre as suas preferências pelo *mouse* ou teclado e quanto à frequência do uso da aplicação, se diário ou esporádico, ocasionando necessidade de retreinamento.

4 AMBIENTE DE HARDWARE E SOFTWARE

Os módulos não-conectados a banco de dados foram desenvolvidos em *Borland Delphi 6*. Os demais módulos tiveram a sua *interface* programada também em *Delphi 6*, e o resto do código, cerca de 80%, em *Oracle PL/SQL*. A programação, na sua totalidade, foi feita por servidores da Secretaria de Informática do TRT – 4ª Região. O banco de dados que serve o sistema é o *Oracle 8i* numa plataforma HP-UX 11.0/HP RISC L3000. Nas salas de sessão, optou-se pelo cliente MS *Windows XP*.

5 ARMAZENAMENTO

O núcleo do e-Jus é a manipulação de votos e tudo começa com o seu armazenamento no banco de dados que suporta o sistema. No TRT – 4ª Região existem hoje cerca de 300 funcionários dedicados à elaboração de votos. Esses funcionários, nos últimos dez anos, viram as máquinas de escrever serem substituídas por microcomputadores rodando o editor de textos *Word Star* e, sucessivamente, por algumas versões do *MS-Word*. A este último editor, modelos e algoritmos foram adicionados, criando-se editores dirigidos ao tipo de trabalho específico do gabinete. Tais

editores dirigidos não só estão difundidos em todos os gabinetes, como também se encontram instalados em micros particulares de juízes e servidores nas suas casas.

A reprogramação dessa estrutura, bem como a alteração de todos os sistemas de segurança de acesso desenvolvidos, de *backup*, de busca de jurisprudência e de preparação do acórdão – documento final de um julgamento derivado do voto – tornaria o custo do e-Jus caro demais e inviabilizaria a sua construção e implantação no período de seis meses proposto.

O módulo de armazenamento foi criado em *Oracle* como resposta a essas dificuldades. Nele, o usuário simplesmente indica os votos que estão prontos, independentemente de quando serão usados ou julgados, e o sistema encarrega-se de armazená-los no banco de dados, convertendo-os para o formato aberto *RTF (Rich Text Format)*.

Textos armazenados nesse padrão são independentes do editor de textos usado para criá-los – outras cortes do país usam editores de texto de outros fabricantes – e da versão destes. Também a transformação de todos os documentos criados no Tribunal para um mesmo padrão aberto possibilita um custo baixo de desenvolvimento e de manutenção das ferramentas de exibição, impressão e pesquisa textual associadas.

6 INTERFACE – O INEDITISMO

Por meio de uma linguagem de cores e símbolos e de um monitor *touch screen*, os magistrados acessam e preparam os votos da sessão, indicando suas observações, divergências e notas aos seus gabinetes diretamente numa imagem do texto armazenado.

O desenho da *interface* foi totalmente centrado no usuário e não nas necessidades da máquina. A idéia de que existem arquivos e que operações que os alteram devem ser gravadas não é natural para o juiz e foi abstraída das interações com o usuário. Usuários de aplicações de *software* geralmente não são engenheiros de *software* e também não devem ser obrigados a ler manuais durante horas antes de serem produtivos.

A *interface* do e-Jus foi construída seguindo os seguintes princípios:

1) A não-naturalidade para o usuário inexperiente quanto ao uso de

certos recursos do sistema operacional *MS-Windows*: os elementos de trabalho devem ficar visíveis todo o tempo, pois o usuário facilmente sente-se perdido quando há sobreposição de janelas e não entende a hierarquia de um sistema de arquivos nem mesmo o seu armazenamento em banco de dados, além de não saber dar um *double-click*.

2) O programa deve ser de fácil aprendizagem, sem demandar do usuário horas de treinamento ou estudo de manuais para executar operações básicas.

3) O programa deve ser fácil de usar, sem a necessidade de o usuário consultar arquivos de ajuda com frequência, para executar suas tarefas. A *interface* deve ainda mostrar o passo seguinte em cada operação.

4) O programa deve ser usado com poucos erros, com a disponibilização pelo *software* de ajuda ao usuário, a fim de evitar deslizes que causem estrago grande. Seções irrelevantes da *interface* devem ser desabilitadas durante a execução de uma determinada tarefa.

5) O programa deve ser eficiente, e a *interface*, de fácil manipulação, de modo a possibilitar sua utilização no trabalho, tornando-o mais produtivo do que era sem ela. Cada operação deverá viabilizar sua execução com o menor esforço possível por parte do usuário e com passos de fácil adivinhação.

6) Elementos metafóricos facilmente reconhecíveis pelo usuário devem ser usados, a fim de que ele entenda graficamente suas operações. Os comandos criados foram sempre associados a termos de uso corriqueiro pelo juiz em vez de termos mais usados em ambientes informatizados.

7) Dever-se-á assegurar o uso consistente de cores durante todo o projeto: vermelho para divergência, azul para anotações e amarelo para destaques. Associar as cores a símbolos: triângulos sempre vermelhos, quadrados sempre azuis, etc.

7 SEGURANÇA E DISPONIBILIDADE

O sistema e-Jus possui um rígido controle de acesso por senhas, mostrando a cada juiz sempre apenas as suas imagens dos textos armazenados. Isso é extremamente importante, pois o sigilo do voto e das anotações nele feitas antes do julgamento foi um dos fatores de maior preocupação por parte dos magistrados.

Durante uma sessão, a sala onde ocorre o julgamento é isolada do banco de dados mediante a geração de um *snapshot* local de todas as informações necessárias ao julgamento. Também a rede local funciona independente das demais redes do prédio, tanto lógica como fisicamente. A alimentação dos equipamentos por meio de *no-breaks* é o elemento final para impedir quaisquer interrupções ao julgamento por motivos externos. Aliado a isso, a escolha por microcomputadores de elevado padrão industrial, com sistema operacional seguro e estável visa assegurar a necessária disponibilidade a esse sistema de missão crítica. Dessa forma, o e-Jus, durante uma sessão de julgamento, funciona de forma isolada e independente, tolera falhas eventuais do banco de dados e das redes lógica e elétrica do prédio.

Mesmo com todos esses cuidados, ainda é possível a ocorrência de imprevistos que impeçam o julgamento apoiado pelo sistema. Para tais situações extremas, cuja probabilidade é praticamente nula, o sistema prevê a impressão de todos os votos da sessão para a realização do julgamento pelo método tradicional.

8 SALAS DE SESSÕES

O prédio sede do TRT – 4ª Região possui quatro salas de sessões com capacidade para até sete juízes mais o representante do Ministério Público e o secretário da Turma, além de um Plenário com capacidade para julgamentos compostos de até quinze juízes.

As cinco salas foram totalmente reformadas, com a instalação de móveis adaptados aos microcomputadores e monitores de LCD, condicionadores de ar tipo *split*, poltronas ergonômicas e iluminação adequada, além de uma infra-estrutura elétrica e lógica específica para os equipamentos de informática. Tudo foi planejado de forma integrada para propiciar um ambiente confortável e facilitador à implantação de uma nova forma de julgamento, sem a presença de papel.

Também desenvolveu-se um módulo específico para a platéia, onde é apresentada a pauta do julgamento em um televisor de 29", instalado na entrada da sala. Nesse televisor, informa-se ao público qual processo está em julgamento, quais já foram julgados e quais restam a julgar.

Para viabilizar o sucesso do Projeto e-Jus, foi montado um esquema de treinamento e implantação bastante meticuloso. Inicialmente, todos os juízes assistiram a uma apresentação da primeira versão do sistema, onde puderam conhecer suas peculiaridades, tanto no que diz respeito aos programas em si, quanto aos equipamentos adquiridos, em especial os monitores sensíveis ao toque. Essa etapa possibilitou ao usuário sentir-se incluído no processo, conhecendo-o e sugerindo melhorias.

Quando o sistema foi finalizado e toda a infra-estrutura de rede e equipamentos montada, iniciou-se a fase de testes, primeiramente com dados fictícios e, num segundo momento, com a participação de uma turma piloto de juízes, composta em sua maioria pelos que auxiliaram na construção do projeto. A implantação da primeira sessão informatizada foi no dia 21 de novembro de 2002, com acompanhamento direto de técnicos da Secretaria de Informática, e não apresentou erro técnico algum.

A partir daí, foi iniciado o processo de treinamento dos demais cinquenta juízes do Tribunal, além de servidores e representantes do Ministério Público. Todos receberam treinamento individual e manual detalhado do sistema. Esses procedimentos facilitaram a implantação do sistema nas demais salas de sessões.

10 FACILIDADE DE REPRODUÇÃO

Durante a fase de projeto do e-JUS verificou-se que, devido às características da solução proposta, sobretudo por sua inovação e completeza, diversos outros tribunais poderiam demonstrar interesse em aplicá-la.

Nesse sentido, optou-se pela utilização de tecnologias de uso comum na maioria dos tribunais, notadamente o banco de dados *Oracle* e a ferramenta de desenvolvimento *Borland Delphi*.

Além disso, o aplicativo foi projetado para ler tabelas oriundas de outros bancos de dados, podendo, também, ser facilmente adaptado às peculiaridades de outros tribunais.

Podemos comprovar o acerto destas medidas pelo interesse já demonstrado por inúmeros tribunais, sendo que os Tribunais Regionais do Trabalho de Pernambuco, Santa Catarina e do Pará, e o Tribunal de

Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já iniciaram contatos para a efetiva utilização do e-JUS. Diversos outros tribunais também já manifestaram interesse em conhecer o projeto para futura utilização.

11 RELEVÂNCIA PARA O INTERESSE PÚBLICO

O desenvolvimento do projeto e-JUS buscou seguir algumas premissas importantes para a implementação de novas tecnologias, em especial tratando-se da esfera pública.

A totalidade da implementação do sistema, bem como a modelagem e instalação da infra-estrutura das salas, foi realizada pela equipe do próprio Tribunal. Essa opção, além de eliminar custos adicionais, possibilitou uma perfeita integração entre o grupo de usuários que auxiliou no desenvolvimento com a equipe técnica.

Os significativos investimentos realizados na aquisição de equipamentos, sobretudo nos microcomputadores com monitores de cristal líquido sensíveis ao toque, deverão ser recuperados em menos de dois anos, considerando-se apenas a economia da impressão de aproximadamente 500.000 folhas por ano, para a realização das sessões de julgamento não-informatizadas.

A visão de que deveria-se quebrar paradigmas, desenvolvendo uma solução inédita, norteou o projeto de forma geral, tanto nas demandas advindas dos usuários consultados quanto nas soluções técnicas buscadas pela Secretaria de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Dessa forma, espera-se ter encontrado a melhor solução para a questão central desse trabalho, ou seja, informatizar a área fim do Tribunal com uma solução moderna e inovadora, porém sem uma complexidade que impedisse aos juízes de adotá-la com ferramenta de trabalho em seu dia-a-dia.

12 EFETIVIDADE – ALGUNS INDICATIVOS

Três meses após o início da implantação do e-JUS, quatro das oito Turmas de juízes do Tribunal já estão totalmente informatizadas. Até o final do mês de março, todas as Turmas já deverão estar utilizando o e-JUS;

100% dos juízes e membros do Ministério Público que foram treinados utilizam o e-JUS;

Foram realizadas mais de quarenta sessões de Julgamento e não houve falha alguma no sistema, seja no que se refere ao funcionamento durante as sessões, seja no que se refere à integridade e segurança dos dados;

100% das sessões realizadas com o e-JUS dispensaram o uso do papel, confirmando, assim, as estimativas de economia;

100% dos juízes que utilizam o sistema avaliaram-no como muito bom ou ótimo.

ABSTRACT

The author presents the e-Jus project, responsible for the computerization of the sessions of the Regional Labor Court – 4th Region, created to obtain procedural swiftness and cost reduction, as a consequence of paper replacement by a system with simple and complete graphic interface, developed to provide the magistrates' necessities.

He describes the system implementation's stages and their features, being the most important of all its total security concerning the stored texts' secrecy, its delivering to authorized people, as well as regarding the tolerance of eventual failures of database and of the building's logic and electric nets, which avoids the interruption of the court session by external reasons.

Furthermore, he points out the positive results of the initiative, such as the speeding up of the computerized judgements, the good system's assessment made by the judges and the cost reduction which will be achieved by eliminating paper copies.

KEYWORDS – e-Jus, computerization; court session; Regional Labor Court of the 4th Region; interface; touch screen.

Eduardo Kenzi Antonini é Diretor da Secretaria de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.